

**EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.408 - PR  
(2018/0232523-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE : GONCALVES & TORTOLA S/A**  
**ADVOGADOS : ADRIANA ELIZA FEDERICA MINCACHE E OUTRO(S) - PR034429**  
**ALAN ROGÉRIO MINCACHE - PR031976**  
**ANDRÉ LAWALL CASAGRANDE - PR050866**  
**EMBARGADO : PLANETS - LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA**  
**ADVOGADO : ELEN FÁBIA RAK MAMUS BARRACHI - PR034842**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.  
OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por GONÇALVES & TORTOLA S.A. - em recuperação judicial à decisão de fls. 796-801 (e-STJ) assim ementada:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. 1. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO PARA EXCLUSÃO DA MULTA FIXADA NO ITEM B DO DISPOSITIVO. 2. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

Sustenta a embargante (e-STJ, fls. 804-808) a existência de obscuridade e erro material no *decisum*, afirmando que a decisão anteriormente proferida estava correta, uma vez que, tornadas sem efeito as decisões constritivas do patrimônio da executada, a consequência lógica seria a restituição dos valores.

Relata que a decisão é obscura ao concluir que cabe ao Juízo da recuperação judicial deliberar sobre eventual restituição de valores ou bens expropriados, pois, na hipótese de o citado Juízo entender pela não essencialidade dos valores, a recorrida permanecerá com o montante em discussão.

Afirma não haver nenhuma utilidade na "suspensão" do cumprimento de sentença.

Impugnação apresentada às fls. 812-814 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas excepcionalmente, ante o esclarecimento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, prestam-se os aclaratórios a modificar o julgado.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO. REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO. ART. 56, INCISO III, §§ 4 E 5º, DA LEI 11.907/09. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IMPERTINÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 126/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

2. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

3. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que o Tribunal a quo, ao entender pela necessidade de regulamentação da Lei 11.907/2009 para a concessão da Gratificação de Qualificação aos detentores de curso de graduação, não analisou a tese de que a regulamentação da matéria está prevista na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4. Também não discutiu a instância de origem o preenchimento pelo autor dos requisitos previstos no art. 56, inciso III, §§ 4 e 5º, da Lei 11.907/09 para a concessão da Gratificação de Qualificação, porquanto considerou aquele Tribunal que o pagamento da vantagem estava condicionado à regulamentação pelo Executivo, conforme expresso no § 6º do mesmo dispositivo legal, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2013.

5. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional.

6. Não foi rebatido (Súmula 283/STF), tampouco impugnado por meio de recurso extraordinário (Súmula 126/STJ), o fundamento da Corte de origem, no sentido de que o poder regulamentar "trata-se de verdadeira prerrogativa da Administração Pública a definição desses critérios, e o Poder Judiciário não pode vir substituir a vontade da Administração. Assim, a sentença vergastada, ao fazê-lo, de fato viola a separação de Poderes." (fl. 292, e-STJ).

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no REsp 1589590/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016).

Diferentemente do afirmado pela embargante, inexiste obscuridade ou erro material na decisão recorrida, uma vez que correta a determinação de suspensão, e não de extinção do cumprimento de sentença, além de ter sido esclarecido o porquê da necessidade de submissão ao Juízo da recuperação judicial da deliberação sobre eventual restituição de valores ou bens expropriados, já que é o único apto a avaliar a essencialidade de bens para a preservação da atividade da empresa em soerguimento.

Assim, a decisão não possui vício a ser sanado por meio dos embargos de declaração, apenas se constata o nítido intuito modificativo da parte embargante, medida inadmissível nesta espécie recursal.

Evidente, portanto, a impossibilidade de acolhimento dos presentes aclaratórios, pois devidamente motivada a decisão, além de não ter sido demonstrada a ocorrência de nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator